

EDITORIAL



A 22ª Edição da Revista Gralha Azul, periódico jurídico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, apresenta nesta publicação trabalhos da seara criminal, tributária, trabalhista, empresarial e processual civil com a temática da justiça multiportas.

No âmbito criminal, o magistrado Mauro Bley Pereira Junior em coautoria com a servidora Karina Setogutte trazem o trabalho intitulado "Crimes contra a Administração Pública com maior complexidade: propostas para maior eficiência do Poder Judiciário".

Na seara tributária, o magistrado Ricardo Augusto Reis de Macedo em coautoria com o pesquisador Felipe Matheus da Silveira Quege e o acadêmico de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Peterson Rafael Chiquetto de Camargo apresentam o artigo "Imposto sobre serviços de qualquer natureza: a tributação de carros autônomos em serviços de automação tecnológica".

No domínio da cátedra trabalhista, "A exploração do trabalho infantil no Brasil e no Estado do Paraná de 2016 a 2020" foi o tema abordado pelos advogados Dra. Angela Maria de Siqueira e Dr. Elcio Domingues da Silva.

No campo processual civil, o servidor e mediador judicial Thiago Dari Fernandes Paz escreve sobre "A remodelagem dos conceitos de jurisdição e inafastabilidade da tutela jurisdicional à luz do sistema de Justiça Multiportas". Ainda nesta temática, a doutoranda Carla Giselle Duenha de Souza apresenta o trabalho "Projeto Florescer: círculos de construção de paz com mulheres privadas de liberdade", e o professor e mestre Leonardo da Silva em coautoria com a acadêmica de direito Suzane Silveira Garcia abordam "A (im)prescindibilidade da participação de advocacia na conciliação/mediação pré-processual em âmbito do CEJUSC".

E como contribuição para esta edição, no âmbito empresarial, sob à luz da justiça multiportas, em coautoria com a servidora Adriane Garcel Chueire Calixto, e os pesquisadores e advogados Dra. Karen Hippertt e Dr. Fernando Gustavo Knoerr, discorreu-se sobre "O Direito da insolvência e a autocomposição no auxílio do processo de recuperação judicial: uma nova perspectiva trazida pela Lei nº 14.112/2020".

Em tempo, agradecemos a todos os autores e as autoras, coautores e coautoras por suas contribuições. Este corpo editorial vem atuando intensamente para que os trabalhos confiados à Revista sejam conhecidos, reconhecidos e disseminados.

EDITORIAL

E para isso, assim como a adesão da Revista aos indexadores¹ de periódicos científicos: **Latindex**, **LivRe**, **ISSN**, **CiteFactor**, **Crossref**, **Diadorim** (que auxiliam na propagação e na divulgação dos trabalhos depositados em nosso banco de dados) e o credenciamento à **Biblioteca Digital Jurídica do Superior Tribunal de Justiça – BDJur**, a Revista Galha Azul, para se adequar às novas exigências do mercado editorial, está realizando estudos para a utilização da plataforma OJS – Open Journal System – para receber novas submissões e disponibilizar seu acervo. A exemplo do que já fizeram as Revistas dos Tribunais Superiores, como a **Revista Suprema**² do Supremo Tribunal Federal – STF, e a **Revista Rejuri**³ do Superior Tribunal de Justiça – STJ, bem como a **E-Revista** do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, a **Revista Jurídica** do Ministério Público do Paraná, a **Revista Paraná Eleitoral** do Tribunal Eleitoral do Paraná e diversas outras revistas de Tribunais Estaduais.

O sistema tem sido usado por órgãos judiciais e instituições de ensino superior em todo o mundo, propiciando agilidade e facilidade na localização das publicações por meio de ferramentas de busca na web. Esta medida influenciará diretamente no fator de impacto da revista.

Para além, constantemente recebemos perguntas sobre o estrato Qualis da Revista, e sobre isso temos algumas considerações importantes aos nossos leitores e autores.

Ter um estrato Qualis, ou melhor estar na lista Qualis, significa tão somente que algum dos docentes ou discentes dos programas de pós-graduação (*stricto-sensu*) publicaram artigos naqueles periódicos, como ocorre constantemente com as publicações da Revista Galha Azul. Em cada edição contamos com artigos de pesquisadores de diversos programas de Mestrado e Doutorado, contudo, para que o Qualis Periódicos⁴ possa avaliar suas produções, os programas de pós-graduação precisam repassar os dados destas publicações, e isso se dá por meio da coleta obtida a partir da plataforma Lattes de seus afiliados. Por isso a importância de nossos autores estarem constantemente atualizando suas publicações no Lattes.

Cabe esclarecer que o Qualis Periódicos não é uma base bibliométrica e não permite o cálculo de nenhuma medida de impacto dos periódicos nele incluídos. Essa é uma das atribuições dos indexadores, ainda que indiretamente. O Qualis Periódicos, também chamado de Qualis Capes foi desenvolvido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, órgão vinculado ao Ministério da Educação e tem como objetivo classificar as revistas de acordo com a relevância e impacto de seus artigos científicos.

Por fim, antecipamos que em breve a revista estará operando pela plataforma Open Journal Systems (OJS), e, também, poderá ser acessada diretamente pela página da **Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**. A **Biblioteca Hugo Simas**, em sua plataforma digital, já disponibiliza acesso direto a diversas outras revistas científicas como a Thomson Reuters e a Revista dos Tribunais.

Uma excelente leitura a todos!

Ramon de Medeiros Nogueira⁵

Diretor da Escola Judicial do Paraná – EJUD/PR

¹A indexação é um processo de representação da informação de conteúdo de documentos. Para o ambiente dos periódicos científicos, refere-se ao processo de indexação dos títulos dos periódicos em bases de dados ou diretórios, nacionais ou estrangeiros, o que é denominado por indexadores. Tem por função armazenar, disseminar e divulgar a produção científica, o que efetivamente influencia na melhoria da visibilidade dos periódicos e na qualidade da comunicação científica. Os indexadores fornecem informações sobre os artigos, possibilitando ao leitor encontrá-lo por meio de dados como: autor, título do artigo, título da publicação, ano, volume e/ou número do fascículo, número de páginas, entre outros.

²A revista Suprema usa o Open Journal Systems (OJS 3.3.0.10), sistema de código livre gratuito para a administração e a publicação de revistas, desenvolvido com suporte e distribuição pelo Public Knowledge Project sob a licença GNU General Public License. Disponível em: <https://suprema.stf.jus.br/index.php/suprema/about/aboutThisPublishingSystem>. Acesso em: 26 mar. 2024.

³A revista Rejuri usa o Open Journal Systems (OJS 3.1.2.1), sistema de código livre gratuito para a administração e a publicação de revistas, desenvolvido com suporte e distribuição pelo Public Knowledge Project sob a licença GNU General Public License. Disponível em: <https://rejuri.stj.jus.br/index.php/revistacientifica/about/aboutThisPublishingSystem>. Acesso em: 26 mar. 2024

⁴O Qualis Periódicos é uma das ferramentas utilizadas para a avaliação dos programas de pós-graduação no Brasil. Tem como função auxiliar os comitês de avaliação no processo de análise e de qualificação da produção bibliográfica dos docentes e discentes dos programas de pós-graduação credenciados pela CAPES. Ao lado do sistema de classificação de capítulos e livros, o Qualis Periódicos é um dos instrumentos fundamentais para a avaliação do quesito produção intelectual, agregando o aspecto quantitativo ao qualitativo. BARRADAS BARATA, R. de C. Revista Brasileira de Pós-Graduação, [S. L.], v. 13, n. 30, 2016. DOI: 10.21713/2358-2332.2016.v13.947. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/947>. Acesso em: 26 mar. 2024.

⁵ Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.